



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 39

Sessão Ordinária de Junho

1.ª Reunião de 29-06-2007

Aos vinte e nove dias do mês de Junho de dois mil e sete, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Batista dos Santos na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves na qualidade de Primeiro Secretário, e pelo Vogal Sérgio Filipe Pires Loureiro na qualidade de Segundo Secretário e com a presença dos seguintes Vogais João Evangelista Rocha de Almeida, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Joaquim Manuel Silva Marques, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José da Cruz Costa, Maria Teresa Fidélis da Silva, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seiza Neves Ferreira, Orlando Eduardo Silva Terra Seca, António Bastos Marques Rodrigues, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, António dos Santos Costa, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Jorge Manuel do Nascimento, Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 21:00 horas a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:
Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Casimiro Simões Calafate, João António Fernandes Pedroso, Carlos Mário de Magalhães Anileiro e Telmo Vieira Martins.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins, Margarida Dias Ferreira e António Rocha Dias de Andrade (chegou às 22:30 horas)

Seguidamente, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa em exercício deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva e Ana Carla Guerra de Miranda Macedo pelos sucedâneos na lista de candidatura, Sérgio Filipe Pires Loureiro, e António Bastos Marques Rodrigues, respectivamente.

O sucedâneo na lista de candidatura, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, apresentou escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa em exercício informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira, se fez substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

A seguir o Presidente da Mesa em exercício leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Junho, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;**
- Ponto 2. – Juízes Sociais – Aprovação das listas elaboradas pela Câmara Municipal;**
- Ponto 3. – Protocolo de Entendimento entre a CMA, a massa falida da Frapil e a GIC - Imóveis e Construções Urbanísticas, Lda. – respectiva alteração pontual do estudo urbanístico denominado Plano de Pormenor de Sá-Barrocas e permuta de terrenos de acordo com o mesmo – aprovação;**
- Ponto 4. – Associação de Produtores e Marnotos da Ria de Aveiro – adesão do Município de Aveiro e aprovação dos respectivos Estatutos;**
- Ponto 5. – Associação Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis – adesão do Município de Aveiro;**
- Ponto 6. – Estratégia de Recuperação Financeira do Município de Aveiro.**

Seguidamente, o Presidente da Mesa em exercício⁴⁵ deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

Continuando colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem:

Acta n.º 33 - Colocada à discussão verificou-se a intervenção do seguinte vogal:

Vogal António Rodrigues (PS)⁴⁶

Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de vinte e sete votos a favor, cinco votos contra e uma abstenção.

Acta n.º 34 - Colocada à discussão verificou-se a intervenção do seguinte vogal:

Vogal António Rodrigues (PS)⁴⁶

Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e um votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 35 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e um votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 36 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta votos a favor e três abstenções.

Acta n.º 37 - Colocada à discussão verificou-se a intervenção do seguinte vogal:

Vogal António Rodrigues (PS)⁴⁷

Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de vinte e nove votos a favor e quatro abstenções.

Acta n.º 38 - Colocada à discussão verificou-se a intervenção do seguinte vogal:

Vogal António Regala (PCP) ⁰²

Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e um votos a favor e duas abstenções.

Vogal Santos Costa (CDS/PP) ⁰¹

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreveram-se para usar da palavra os munícipes:

- *Rui Henrique Couceiro Ribeiro de Barros*⁰¹, veio fazer uma proposta de alteração ao Brasão de Armas da Cidade de Aveiro;

(Entraram na sala os Vogais Paulo Jorge Lopes Anes e Carlos Eduardo Maria Martins)

- *Conceição do Sameiro Machado Correia de Paiva*⁰¹, Representante do Centro Paroquial da Vera Cruz, interveio sobre as Actividades de Enriquecimento Curricular para as Escolas do 1.º ciclo;

- *Joana Maria Saraiva Melão Barros*⁰¹, Representante do C.S.C.D. do Pessoal da Segurança Social e Saúde do Distrito de Aveiro, interveio sobre as Actividades de Enriquecimento Curricular para as Escolas do 1.º ciclo;

- *Maria de Fátima Mendes Dias Ferreira*⁰¹, Representante da Instituição “Florinhas do Vouga”, interveio sobre as Actividades de Enriquecimento Curricular para as Escolas do 1.º ciclo;

- *Rui Manuel Pinto Chagas Câncio Ferreira*⁰¹, Pai de dois filhos que frequentam escolas no concelho de Aveiro, interveio sobre as Actividades de Enriquecimento Curricular para as Escolas do 1.º ciclo;

- *Catarina Jorge Stricker*⁰¹, Interveio sobre o projecto/sistema das Actividades Curriculares que se pretende que funcione no próximo ano lectivo 2007/2008;

- *Alice Berta Vidal Vieira*⁰¹, Mãe de uma filha que frequenta a escola da Glória e o ATL do C.S.C.D.A. 513, interveio sobre as Actividades de Enriquecimento Curricular para as Escolas do 1.º ciclo;

- *David Cerqueira*⁰¹, Representante da Associação de Pais da Escola EB1 da Glória, interveio sobre as Actividades de Enriquecimento Curricular para as Escolas do 1.º ciclo;

- *Joaquim Alberto Pinheiro Queirós*⁰¹, residente nas Agrads do Norte - Esgueira, interveio sobre os Acessos às Agrads do Norte;

- Sara Carvalho Aires Pereira⁰²³, Presidente da Direcção do Centro de Infância Arte e Qualidade, interveio sobre as Actividades de Enriquecimento Curricular para as Escolas do 1.º ciclo, no próximo ano lectivo;

- Anabela Maria Ferreira Abrantes⁰²⁴, Inteveio no sentido de solicitar esclarecimentos à Câmara Municipal, relativos ao projecto “PETIZ”;

- José Augusto de Campos Soares⁰²⁵, Inteveio sobre a abertura do parque de estacionamento no jardim do Canal de S. Roque, sobre a ponte provisória do Canal das Pirâmides, obras na antiga Lota, Ponte das Agras, e sobre a antiga passagem de nível de Esgueira;

De seguida usaram da palavra:

Presidente da Mesa em exercício ⁰²⁶

Vogal Carlos Candal (PS) ⁰²⁷

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰²⁸

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰²⁹

Seguidamente e nos termos regimentais, o Presidente da Mesa em exercício⁰³⁰ interrompeu os trabalhos por 5 minutos.

(Entretanto, chegou a Presidente da Assembleia, Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, que tomou o seu lugar na Mesa).

Retomados os trabalhos, usaram da palavra:

Presidente da Mesa ⁰³¹

Vogal Carlos Candal (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³²

“Gostava de fazer o elogio público do Senhor Rui Barros, a quem o município deve um trabalho notável sobre a história do Município de Aveiro, e sobre as pessoas que foram responsáveis durante - não sei se os últimos cem anos, não tenho presente; é um trabalho notável que terá implicado imensas horas de trabalho; só quem nunca fez uma coisa deste género. Parece simples, vê-se umas listas, nomes, não sei quê; é um trabalho notável — que precisa de ser actualizado; revisto, porque parece que tem lá uns erros, uns lapsos, algumas lacunas, que será possível preencher talvez, penso eu, e já agora fazer actualização, para ver se o Dr. Élio Maia figura na história de Aveiro (porque por outro lado não será fácil, e assim pelo menos está lá o nome na lista).

Sobre as “Armas de Aveiro”; pode-se fazer um avanço sobre isso. Não sei exactamente quem são os deputados que são de Aveiro, Aveiro. Mudar lá o boneco que está no Plenário do Parlamento, diz-se que é difícil, mas pode e deve ser tentado.

Realmente já nos explicou quem é que inventou o “cisne”. Então cisne? Cisne só no Lago do Parque, não temos cisnes noutra sítio, nunca tivemos. É um disparate — foi alguém numa hora infeliz.

Quanto à actualização. Há esse problema do erro das letras que não são a preto são a vermelho, isso tem que ser corrigido já. Depois há o outro problema do agradecimento de Aveiro com a Ordem da Liberdade. Eu já falei nisso aqui pelo menos duas vezes. Uma ainda no tempo do outro senhor - que era o Alberto Souto (que está agora muito na berra) e outra já com esta actual Câmara. Tem que se fazer uma intervenção nas Armas e consequentemente no Estandarte.

Eu não acredito que a Comissão de Heráldica aceite pôr a medalha da Ordem da Liberdade, ao lado ou a meio, juntamente com o Colar da Torre Espada por uma razão muito simples. Há uma norma de heráldica que cobre todas as ordens nobiliárquicas, que estabelece a regra que existindo várias condecorações, vários galardões, só um aparece — o mais cotado, o mais relevante. E aqui na lista das ordens nobiliárquicas a Ordem Torre Espada vem à cabeça e, portanto, é difícil.

Há uma outra alteração que eu falei aqui que eu penso que não há regra que a impeça. Haverá aqui Presidentes de Junta que se chocam, que conste “Cidade de Aveiro”; deve ser “Concelho de Aveiro” ou “Município de Aveiro”; não tenho a certeza. Isso poderá ser estudado juridicamente, mas não pode continuar a dizer-se “Cidade de Aveiro”.

A “Armas” não são só da cidade! São também de todo o Concelho, de todo o Município. Isso tem que ser emendado. E se a lei actual não permitir que se emende a lei? Não é justo, não é correcto. É redutor.

Referência à “Ordem da Liberdade”!? Não seria uma referência directa, penso que haveria dificuldade, mas o Presidente da República na altura disse e todos ouvimos e recordamos — que Aveiro era a “Terra da Liberdade”. Então no Estandarte, nas Armas, deveria haver uma legenda (penso que isso acontece noutros municípios) penso que no Porto que acontece, uma legenda que diria: “Concelho ou Município de Aveiro” e depois por baixo uma legenda: “Terra da Liberdade”.

É neste sentido a minha modesta opinião e a minha proposta. E volto a agradecer ao Sr. Rui Barros - não só o que fez, mas também já agora esta sua intervenção.”

Presidente da Mesa ⁰³³

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira ⁰³⁴

“Antes de mais e em relação às actividades de enriquecimento curricular, queria agradecer a presença de todos os munícipes, hoje, nesta sexta-feira. Agradecer também os mails que me foram enviados sobre este assunto e agradecer à Associação de Pais da Glória, ao Centro Social e Paroquial da Vera Cruz, às Escolas de Línguas, pelas reuniões que tivemos entre ontem e hoje sobre esta matéria.

Antes de vos esclarecer sobre algumas dúvidas que foram levantadas, queria-vos apenas e porque não sei se este é o sítio correcto para prestar todos os esclarecimentos e todas as dúvidas, porque sei, fruto dessas reuniões e de outras que tive com várias instituições que são bastantes e essas só com o tempo e com o desenrolar dos próprios projectos podem ser esclarecidos.

Queria então transmitir-vos o seguinte e para todos os deputados terem algum conhecimento de causa: durante o ano lectivo 2006/2007, portanto este ano lectivo, as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) funcionaram de duas formas no concelho de Aveiro. Desenvolvidas pela ACEAV – Associação da Comunidade Educativa de Aveiro, em seis agrupamentos escolas e em rede. Um trabalho em rede com IPSS’s; Escolas de Inglês, Escolas de Música, etc. no agrupamento de Aveiro.

Este projecto foi assim desenvolvido devido aos antecedentes com o programa do Inglês. Como nestes seis agrupamentos, à excepção do de Aveiro, o trabalho era desenvolvido pela ACEAV em termos de Inglês, foi proposto e acordado com os agrupamentos a continuidade do projecto da mesma forma.

No agrupamento de Aveiro e fruto das reuniões que tivemos no próprio agrupamento, foi decidido continuar com este processo e trazer mais parceiros sociais para o mesmo — incluindo a própria Câmara Municipal com a sua Divisão de Desporto.

Em Janeiro deste ano a Câmara Municipal começou a avaliação do projecto de 2007, concluindo, tal como foi aqui afirmado, que o mesmo tinha sido positivo.

Como promotor responsável, a Câmara Municipal colocou algumas propostas aos agrupamentos para validação pedagógica, que incluíam a possibilidade de manter exactamente o mesmo modelo.

Após a opinião favorável e clara dos agrupamentos, a Câmara Municipal decidiu com o promotor e de acordo com a mesma, isto é: opção ACEAV para cinco dos agrupamentos e o projecto já aqui divulgado “PETIZ” para os agrupamentos de Aveiro e Eixo.

Apesar de eu ter aqui dito que a Câmara Municipal decidiu, é uma decisão do Vereador da Educação que, como é óbvio, terá que ser validada pela Câmara na próxima reunião de Câmara, porque ainda não foi apresentado o projecto e os protocolos estabelecidos.

Transmitir-vos que, ao contrário do que foi aqui dito, não se trata de nenhum consórcio publico-privado, mas sim de um protocolo entre a Câmara de Aveiro e a Universidade de Aveiro, sendo coordenado pelo Prof. Batel do Departamento de Matemática.

A Universidade de Aveiro, não sendo e se calhar algum bruuu que veio dali, não quero ser desonesto e, portanto, transmito-vos que há um princípio de acordo ou um acordo estabelecido entre a Universidade e um parceiro privado para as questões logísticas.

Em relação aos próprios parceiros da Universidade no desenvolvimento desta acção, sabemos que estão em negociações com parceiros locais para que a mesma possa abraçar algumas das instituições.

Quería-vos transmitir que foram ditas algumas coisas aqui que eu gostava de clarificar nomeadamente, em relação às questões de subsídios da Segurança Social, que como é óbvio não compete à Câmara — e foram também referidas as questões das refeições. Os projectos são diferentes. O processo de generalização das refeições é um processo autónomo e será desenvolvido pela Câmara nos mesmos moldes que nos anos anteriores, estabelecendo parcerias com os parceiros sociais.

Quería também transmitir-vos que apesar de ter sido dito, não consideramos que este projecto retire opções aos pais.

A última município que interveio colocou algumas questões em relação ao projecto em si! Como é óbvio, é bastante extenso, não vou transmiti-lo, mas há algumas coisas que decorrem da lei, nomeadamente a obrigatoriedade, entre outras.

Aos Pais, quero ainda transmitir, aos que estão presentes e aos que não estão presentes, como repararam no ano de 2006/2007 o modelo que foi utilizado foi por mim validado e por mim comprometido. Como todos reconhecem foi um modelo que correu bem. Pedia à priori (porque as pessoas devem ser julgadas no final das coisas), que julgassem o projecto tal como o julgaram este ano, no final do mesmo. Tendo presente que se validaram algo que eu validei pode ser que a opção tenha sido correcta.

Uma última nota para vos transmitir. A Senhora Sara Carvalho do CIAQ, referiu aqui que “sentimo-nos indignados”. Só quero e passo-vos a ler um ofício datado de hoje mesmo, dirigido ao Senhor Presidente da Câmara, pela Direcção do Centro de Infância Arte e Qualidade (CIAQ) «A Direcção do Centro de Infância Arte e Qualidade, vem esclarecer a sua posição relativamente à proposta de actividades de enriquecimento curricular seleccionada pela Câmara Municipal de Aveiro para o próximo ano lectivo.

A CIAQ, enquanto IPSS, está a fazer todos os esforços no sentido de cooperar com a Câmara Municipal de Aveiro.

A CIAQ demarca-se de quais quer atitudes individuais de pais ou encarregados de educação, que por iniciativa própria possam colocar em causa as instituições e projectos envolvidos».”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰⁵

Vogal João Barbosa (PS) ⁰³⁶

Presidente da Mesa ⁰³⁷

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³⁸

“Senhora Presidente, Senhores Vereadores, senhores deputados, eu acabo de ter algum conhecimento desta situação, não estou obviamente integrado naquilo que realmente se propõem no futuro no que respeita realmente às nossas crianças. E queria, apenas e porque não estou documentado para desenvolver estas questões, na medida em que estou realmente limitado em termos de informação, mas queria apenas aqui deixar a minha preocupação no seguinte: vejo com alguma preocupação o futuro realmente das IPSS’s da minha freguesia, em particular das Florinhas do Vouga.

E vejo, por que as Florinhas do Vouga são uma instituição com sessenta e sete anos, com um trabalho notável em Aveiro em particular na freguesia da Glória, e ainda mais em particular no bairro social de Santiago, que nos preocupa imenso. Peço à Câmara Municipal, se estiver dentro das suas possibilidades, que faça o que estiver realmente ao alcance para defender as IPSS’s, os ATL’s, das Florinhas do Vouga. E com certeza os pais que estão realmente aqui bastante preocupados, na medida em que os filhos são realmente as suas preocupações maiores.

Não estou a acusar ninguém. Não estou como disse devidamente documentado para fazer um desenvolvimento mais alargado, mas realmente estou preocupado com os pais. Estou preocupado com as crianças da minha freguesia, estou preocupado com a sobrevivência das IPSS’s, em particular as Florinhas do Vouga. Apenas fica aqui esta mensagem.”

Vogal Rocha Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³⁹

“Senhora Presidente, senhores deputados, pelas palavras que acabámos de ouvir da parte da minha bancada e da parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Glória, verificamos que é um assunto delicado que deve ser tratado com o respeito e a atenção que ele merece, dado que está em causa, famílias, crianças, problemas vários, que se colocam dentro da sociedade aveirense e que devem preocupar todos.

O Partido Social-democrata, associa-se às preocupações apresentadas pelos pais, pelos seus professores, pelos seus representantes das IPSS’s, mas também têm que deixar claro que lhe merece total e absoluta confiança a prudência, a responsabilidade, com que a Câmara Municipal — porque é a primeira entre todas a estar empenhada e interessada aqui nestes problemas que estão a surgir e muito bem, e estamos todos de parabéns, e esta Assembleia, pela confiança. Porque isto também reporta um bocadinho a confiança dos próprios munícipes em se dirigirem aqui à Assembleia Municipal trazer um problema que nós assumimos e compreendemos totalmente.

Portanto, da parte do PSD, mais não poderemos dizer do que isto, não em apelo, mas quase em palavra de sossego a todos os munícipes, que se deslocaram hoje à Assembleia. É que a confiança que nos merece o Senhor Vereador, o que ele já demonstrou de facto dentro da problemática que existe, todos nós sabemos como é que estão a funcionar ATL’s, como as crianças são deixadas antes do início da parte escolar, como são transportadas, inclusivamente na hora de almoço dentro dos ATL’s. Estou a lembrar-me por exemplo de São Bernardo e como já aqui foi falado, as Florinhas do Vouga, e no fim de contas todas, e de facto muitas das vezes as dificuldades dos próprios pais de estarem às cinco e meia ou às seis horas, para tomarem os seus filhos para os levar para casa.

São problemas reais, são problemas nossos. E é a nós todos, todos! Não só pais, mas todos temos obrigação de os resolver. Mas essencialmente têm que ser olhados com muito cuidado,

com muita cautela, com muito carinho, principalmente por quem tem o poder da decisão e o poder de determinar como as coisas são. Aí é o Senhor Presidente da Câmara, o Dr. Élio Maia é um mestre, é um professor, é um homem dedicado ao ensino, é uma pessoa que conhece, é pai, por isso tem todos estes problemas.

Nós, ousaríamos dizer aos munícipes, aos Pais, aos Encarregados de Educação, aos Presidentes das Associações de Pais que aqui estiveram, que da parte do PSD lhe dávamos de facto algum alento dizendo-lhe: estamos preocupados, mas com a grande esperança que efectivamente o assunto merece ser tratado com a dignidade e o respeito que todos merecemos, principalmente as nossas crianças.”

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [uu](#)

“Relativamente ao Senhor Rui Barros (dado que o meu colega de bancada já falou sobre essa questão), achamos muito importante e agradecemos muito a sua colaboração e as sugestões que foram apresentadas pelo Senhor Rui Barros.

Julgamos que as propostas do Dr. Carlos Candal devem ser certamente atendidas. São de bom senso e bom senso essencialmente também para Aveiro. Ainda para mais, neste período conturbado em que se confunde maioria absoluta com poder absoluto. Portanto, talvez seja importante que na bandeira de Aveiro esteja lá, para relembrar alguns que a liberdade é de todos, não só de alguns.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [uu](#)

“Uma palavra também de apreço relativamente ao trabalho que tem sido desenvolvido pelo Senhor Rui Barros, por todos nós conhecido. O livro dele já aqui foi outrora apresentado, a atenção que dispensa ao município e ao tema e à história do município, é sempre importante sublinhar. Vai o nosso bem-haja do CDS/PP, relativamente ao Senhor Rui Barros, fazendo minhas (para não demorar muito mais tempo) as palavras que foram aqui tecidas brilhantemente pelo Sr. Dr. Carlos Candal e também pelo Sr. Dr. João Carlos Valente.

Agora, sobre a questão que a meu ver aqui traz tão importante (num aspecto diferente) preocupação que existe, que a meu ver é legítima, com inteira pertinência, de todas estas pessoas que aqui falaram da forma como as crianças agora vão ter o seu acompanhamento fora do horário das escolas — penso que é disso que se trata.

Eu já não estou em idade de... já não tenho filhos em idade de os levar ao ATL, nem a minha neta está em condições de agora ir para um ATL, mas percebo perfeitamente a ansiedade que vai na mente de todas as pessoas que aqui vieram, porque está realmente e deve ter-se em conta sobretudo o interesse das crianças.

Pelo que ouvi das pessoas, achei, devo confessar com toda a frontalidade, devo dizer mesmo, sendo, pertencendo a um Partido que está em coligação, isso não me impede de aqui dizer e de sublinhar algumas notas que aqui já foram referidas e que eu se estivesse ali, mesmo com o comedimento de ser de um Partido que sustenta o poder do executivo actual, me daria preocupações. E que portanto, não vou deixar de sublinhar, pelo facto de pertencer a essa coligação.

Primeira questão. Não deixará de parecer estranho que realmente um projecto que continuava, que estava e que foi realçado como bom, que a certa altura quer dizer, a equipa que ganha não se muda, isto é um velho princípio, ou só se muda se houver uma justificação muito capaz e que explique essa mudança. Fora disso, se está bem deixa-a estar. E pode haver razões de variada natureza, acredito que as haja, mas o que é certo ou eu estaria desatento é que, realmente o Senhor Vereador também não explicou completamente e com a serenidade se calhar possível, não sei se haverá outra explicação, não explicou perfeitamente, não nos convenceu, que isto

realmente precisasse de ser mudado!? E isto tem que se dizer com frontalidade. Poderá haver razões. Espero que o Senhor Vereador e a Câmara expliquem à população e sobretudo aos pais das crianças e às organizações a razão porque muda.

Bom, dá-me a impressão de que o Executivo poderia ter, sem dúvida nenhuma, uma outra cautela. Se realmente já começou a projectar isto em Janeiro era importante que, de Janeiro até cá, até agora, até Junho, tivesse chamado as pessoas directamente envolvidas nisto. E hoje sabemos que há organismos representativos de tudo, desde as Associações que envolvem os representantes das IPSS's, às Associações de pais e tal, porquê? Porque há que contar com todos os inconvenientes que naturalmente isto no imediato vai ter?

Eu espero que este processo não esteja concluído. Esta Assembleia penso que não tem poderes para o mudar. Acredito na bondade que o Senhor Vereador aqui referiu, dizer assim: “dêem-nos um princípio de confiança”. Mas eu acho que essa postura devia estar aliada a alguma explicação já. Porque as pessoas têm de intuir, penso eu que as pessoas têm que intuir, donde é que pode vir essa confiança — espero portanto que o processo não esteja encerrado, que a Câmara colha da vinda aqui de todos estes representantes, e eu penso que esta Câmara com a conversação que tem, e encimada pelo prestígio do seu Presidente (não é que vá fazer história, como já fez história nas freguesias), vai fazer história aqui, vai figurar muito justamente na adenda que o Senhor Rui Barros vai fazer ao seu livro, vai fazer história. É de gema e pessoas com gema não mudam assim de um momento para o outro e, portanto, já está a fazer história. Vai paulatinamente com bom-senso, com a postura de um filósofo que é, e com a sabedoria que tem, fazer história para Aveiro. E portanto, penso eu, que o Executivo designadamente o Senhor Vereador deste pelouro, acolha as ideias aqui trazidas, o descontentamento, e que dê explicações, que procure obviar os inconvenientes que parece que vão surgir, que procure minimizar o possível, e que sobretudo se o projecto tiver de continuar que dê as explicações que sejam realmente convincentes. O que sublinho: até agora (pessoalmente o digo) ainda não convenceram. Portanto, espero que isso aconteça e que tenha uma mudança nos tempos imediatos.”

Vogal Carlos Martins (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [uu](#)

“Desde já devo dizer que fiquei extremamente sensibilizado e muito inquieto com as palavras que aqui ouvi por parte dos intervenientes do público e, por isso mesmo, não posso ficar indiferente às afirmações aqui proferidas.

Devo portanto reiterar essas dúvidas e enviá-las à vereação responsável. Porque acima de tudo fico inquietado com o problema da falta de escolha que eventualmente possa afectar os pais.

Quero ver cabalmente esclarecida esta questão. Por que é que foi aqui dito, que eventualmente possa haver uma diminuição do espectro de escolha das crianças e dos pais, sobre onde devem passar os seus tempos livres? E se isso for uma causa directa de decisões governamentais, que assim seja dito — se assim não o for, quero saber porquê, também.

Por outro lado, agrada-me bastante que a Universidade esteja envolvida neste projecto. É obviamente uma mais-valia, mas não posso de todo descartar que é essencial que todas as IPSS's e todas as instituições de solidariedade, que de alguma forma directa ou indirectamente, ajudam à educação dos nossos jovens, possam eventualmente ser excluídas de um projecto deste género.

A Universidade de Aveiro, sim, obviamente. Mas gostava que toda a gente, todas estas Instituições que já tanto fizeram por esta cidade e pelos jovens desta cidade, possam também ser incluídas no projecto, para que todos nós não venhamos aqui discutir porque é que este ou aquele não é incluído. E porque é que esta Instituição ou aquela, vai eventualmente ser prejudicada. Quero antes ouvir que os jovens da nossa cidade vão usufruir das melhores

condições possíveis, para que possamos ter os jovens mais instruídos do país, como temos sido habituados ao longo dos tempos.

E portanto, peço como já foi dito aqui, consigamos incluir e não excluir. Consigamos educar e não tirar partido de nenhuma situação eventual. Ou seja, ao fim e ao cabo, o que nós queremos é uma cidade melhor, com jovens melhores, mais instruídos, e acima de tudo com poder de escolha dentro das suas opções de educação.”

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴³

“Senhora Presidente, antes de mais, um especial cumprimento a todos os municípios aqui presentes, IPSS’s, ATL’s e Associações de Pais, pela forma como exercem o seu direito de participação democrática. É aqui que se vê o pulsar dos nossos eleitores e isto é muito importante que aqui se diga.

Pela iniciativa que aqui foi trazida - e eu tentando ser o mais breve possível, e reconhecendo o alto valor social e a acção meritória que do ponto de vista cívico e educativo as IPSS’s exercem neste e em todos os municípios portugueses onde elas existem, e já não bastava aquilo que hoje tem sucedido à família portuguesa e às famílias aveirenses, relativamente aquilo que o Ministério da Educação tem vindo a desenvolver no seu programa governativo, quer desde o encerramento das escolas, quer até aquilo que nós temos visto nos lapsos dos exames, e naquilo que tem sido os critérios e, aliás, no futuro estatuto que irá ser aprovado para o ensino do Português. Quero deixar aqui três questões muito objectivas porque também eu à semelhança de alguns municípios, pelo menos eu pude aperceber-me, não alcancei.

Primeiro, o projecto PETIZ, que de facto será implementado, relativamente ao Agrupamento de Aveiro e Eixo! Eu não sei do que é que se trata e gostaria de saber? E quais os protocolos que estão inseridos no âmbito deste projecto?

O tal projecto UA/Câmara Municipal, juntamente com o Senhor Prof. Batel!? Em princípio de acordo. Mas também existe no âmbito deste projecto com o privado, qual é o privado? Quais são as questões logísticas que estão previstas? Em que condições? Por que prazo? Os ónus que terão que ser suportados pela Câmara e quais os acordos que estarão previstos para os pareceres locais e quais os pareceres locais? Isso será extremamente importante para que todos saíamos daqui esclarecidos.”

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴⁴

“Obrigado Senhora Presidente. Eu quero dar-lhes a conhecer que estou aqui como Presidente da Junta da Vera Cruz, mas é Aveiro é que está a ser penalizada. A cidade (Vera Cruz e Glória) é que está a ser penalizada com este projecto. E não só como Presidente da Junta, mas também como o avô, que leva o neto ao ATL.

E contrariamente à opinião do Senhor Vereador, hoje fez-se aqui democracia. É aqui que se devem discutir os assuntos e que esta Assembleia tenha conhecimento daquilo que se passa nesta cidade.

E dizer ao Senhor Vereador que ele não é o responsável directo por esta situação. A Câmara é responsável na pessoa do Senhor Presidente da Câmara.

E eu queria começar por fazer duas perguntas: não seria certo que este assunto fosse analisado à luz da Carta Educativa e discutido pela Câmara?

Não devia ser discutida pelo Conselho Municipal de Educação?

Não nos esqueçamos que o Concelho na última vez que reuniu foi em Fevereiro! E porque não ouvir as Juntas de Freguesia?

Eu, lamentavelmente, muito lamentavelmente e sentidamente vou dizer aquilo que já disse aqui algumas vezes. Esta Câmara tem muita falta de sensibilidade para as coisas sociais. E isto é social.

E aquilo que eu mais lamento é que o Senhor Presidente da Câmara, foi Presidente da Junta de Freguesia durante dezasseis anos, e estas atitudes não estão à altura do seu passado recente que era acima de tudo função social!

Eu lembro-me, aquilo que se passou o ano passado, do regime contínuo, aquilo que se passou nas escolas. E eu pergunto: estão dadas garantias das condições para o bem-estar das crianças? Não estão. Porque continuamos a não ter salas e vamos continuar a ter salas fechadas. E se não tivermos os ATL's está tudo perdido.

É preciso saber-se que até hoje nada se fez nas escolas da Vera Cruz, para as cantinas das crianças. Continuam a almoçar em turnos de três vezes e vai-se abrir um ATL para cem crianças nas Barrocas - que é moderno (é verdade Senhor Vereador), só que esse Jardim-de-Infância moderno não tem cantina!?

Tirando tudo isto, era bom que realmente se olhasse pelas reparações nas escolas. Porque é um facto, que eu por exemplo, a Junta de Freguesia da Vera Cruz, gostava de fazer mais pequenas reparações nas escolas. Mas ainda não se recebeu as Delegações de Competência de 2006, e já gastou as de 2007 e não recebeu nada — como é que nós podemos fazer isso? O Senhor Vereador tem conhecimento disso.

É bom que não se tire isto do pensamento. E eu já o disse aqui: a Autarquia tem acima de tudo obrigação de pugnar pelo bem-estar da sua população. Eu espero que tenham sentimentos — porque sei que os têm, mas que sejam menos frios, que vão mais ao encontro do sentir das pessoas. Repensem no que vão fazer.

Eu termino por aqui, porque eu só ia falar três minutos, tenho o colega que vai dizer outras coisas e lamento tudo isto que está a acontecer. E espero Senhor Presidente da Câmara, que o Senhor ponha o seu sentimento, que sabemos que tem, de acção social, que venha cá para fora e imponha aquilo do que o Senhor é capaz.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁴⁴⁵

“A opção da Câmara de Aveiro, ou como aqui foi dito, a opção validada pelo Sr. Vereador do Pelouro da Educação desta Câmara, relativamente ao enriquecimento curricular e prolongamento de horário é altamente questionável e pode dismantelar a capacidade técnica instalada no terreno, que tem, reconhecidamente, bastante qualidade — aliás, como os nossos colegas do CDS/PP bem fizeram questão de frisar nesta Assembleia.

O que aqui foi dito relativamente a esta sensível problemática levantou-me uma série de questões às quais gostaria de obter respostas por parte do Executivo, entre as quais:

- 1. Que critérios objectivos, particularmente financeiros, levaram a CMA a mudar o modelo que vinha a ser seguido bem como os respectivos parceiros?*
- 2. Se a experiência anterior foi (como repetidamente aqui se disse) positiva, porque é que foi alterada?*
- 3. O modelo anterior é financeiramente sustentável? Tem qualidade pedagógica? Tem condições ao nível das infra-estruturas? Quais os custos que implica para o Município?*
- 4. Detectaram-se problemas intransponíveis no modelo anteriormente adoptado?*
- 5. A CMA valoriza a rede social, que presta com qualidade, este tipo de serviços há vários anos? Por que é que o Vereador da Acção Social não esteve incluído nestes assuntos?*
- 6. A avaliação e os eventuais constrangimentos do modelo anterior foram discutidos com os parceiros da rede?*
- 7. As instituições envolvidas no modelo até agora vigente foram avisadas atempadamente da intenção da Câmara relativamente a esta matéria?*

8. Ponderou a CMA as consequências desta decisão para as instituições que, tendo capacidade instalada em termos de recursos humanos e físicos e estavam preparadas para um modelo em que eram parceiros activos se vêem obrigadas a reestruturar radicalmente a sua actividade no espaço de dois meses?

9. Que propostas alternativas, para além daquela que foi validada, recebeu a CMA relativamente a esta matéria?

10. Entende a CMA ser conveniente, relativamente a uma questão em que a nível nacional ainda se estudam e avaliam os modelos mais adequados, embarcar numa nova experiência que pode não garantir uma melhoria na qualidade do serviço? Numa matéria tão sensível como a educação será essencial correr este risco?

11. Como o prazo para apresentar as candidaturas a financiamento acabou hoje, que se poderá fazer se o projecto não for ratificado ou for decidido alterá-lo? Será que este processo não foi temporalmente conduzido de forma a ser aqui apresentado como um facto consumado?

Uma nota final, para constatar que a maioria das pessoas que veio apresentar este problema se dirigiu ao Senhor Presidente da Mesa, aos Senhores Deputados Municipais, aos Senhores Múncipes, mas que foram poucos ou nenhuns aqueles que se dirigiram ao Senhor Presidente da Câmara. Será uma questão psicossomática ou será o reconhecimento que depois se vem a verificar que o Senhor Presidente da Câmara, nesta e noutras matérias, aos costumes, diz nada?"

Vogal Pedro Pires Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [446](#)

“Brevemente, usando este minuto apenas para complementar a intervenção do meu colega Raúl Martins. Para acrescentar uma dúvida minha. Para lhe dizer que, o que me preocupa aqui é a questão da brevidade com que isto foi feito. E na minha perspectiva, perdoo-me o termo é político, alguma levandade na questão (não me leve a mal), eu já lhe explico porquê.

Porque apresenta-se dizer ao dia, ao dia 20 de Junho, “muito obrigado pelos vossos serviços, mas decidimos mudar de rumo”; parece-me curto. Se se queria optar pelo projecto, não estou a discutir a qualidade do projecto, se calhar tem alguma, devia-se pelo menos ter dito ou ter garantido que os postos de trabalho, as pessoas que trabalham em todas as Instituições, poderiam ser eventualmente abrangidas por essa nova realidade. É essa que é a questão e isso é que me pareceu, e essa é a pergunta que deixo: se isso foi feito ou não?

Se houve essa preocupação, se houve a consideração pelas pessoas que tem dado durante todos estes anos largas provas competentes da realização do seu trabalho?”

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [447](#)

“Em primeiro lugar gostava de saudar todos os múnicipes que se deslocaram à Assembleia Municipal porque de facto este é um sítio deles, e é o sítio onde eles devem expor os seus assuntos para que nós também tenhamos conhecimento das coisas que se vão passando no concelho. Porque não pensem que nós temos conhecimento se não forem os próprios cidadãos a apresentarem-nos.

Depois saudar o Senhor Rui Barros, pelo excelente trabalho que tem desenvolvido ao longo dos anos sobre Aveiro e sobre estes ensinamentos que nos deu sobre a heráldica, que são úteis.

E que eu aconselhava inclusivamente este Executivo e não só este Executivo, futuros Executivos, que em questões dessas se servissem dos saberes; quem diz do Senhor Rui Barros diz doutros aveirenses que tem saberes noutras áreas, para servirem de consultores, em matérias bastante específicas e que às vezes tão úteis são, que podem evitar às vezes erros que são graves.

Sobre a outra questão. A questão que foi aqui exposta por várias pessoas. Afigurasse-me aqui uma grande complicação em que o Executivo está metido. De facto, isto de se dizer que o empregado é óptimo e trabalha bem, mas olhe vá-se embora amanhã — é uma coisa grave. Andamos nós aqui todos a dizer que tem que se pôr cobro ao desemprego e criam-se situações deste tipo? É complicado! Então as Instituições em causa, as IPSS's, fizeram um bom trabalho, foram elogiadas, e são trocadas de um momento para o outro?! É que inclusivamente a explicação do Senhor Vereador não desmentiu a questão que aqui foi posta da troca no dia 20 de Junho. Quando a 20 de Junho de certeza absoluta qualquer instituição que se preze já está a preparar o trabalho para dois meses depois ou três meses depois, para o ano seguinte.

Isto é lógico. Não é com 2 meses de antecedência (porque o serviço deles recomeçaria em Setembro) que se vai dizer que se tem gente a mais, que tem que pensar em despedi-los ou em deslocalizá-los. Afigura-se-me aqui de facto que está aqui um imbróglio bastante complicado. Aliás, até notado (e eu prezo e enalteço isto) pelos nossos colegas do CDSPP! Espero que se houvesse sentido de voto, fosse o mesmo do que aquilo que aqui referiram.

Depois parece extremamente estranho, que se tenha feito isto tudo e se tenha feito ouvidos de mercador a todos os intervenientes. às Associações de Pais, aos Agrupamentos, aos próprios Pais, aos funcionários do Agrupamento, a toda a gente. Quer dizer, esteve-se perfeitamente tudo nas tintas para todos os intervenientes, para as pessoas que estão no campo, no caminho.

E por fim, relativamente a este assunto, apetece-me repetir aqui a pergunta, porque pressupõe-se que uma questão destas envolve dinheiro, como é óbvio. Há determinadas verbas que são distribuídas e com certeza com défice financeiro da Câmara, poderá a Câmara, como foi dito por um dos intervenientes, pensar que lucrará ou aumentará alguma receita nesta perspectiva? E é por isso, que me apetece repetir uma das perguntas que foi aqui feita pela D. Anabela Abrantes “se ao menos, estivesse a pensar ter alguma receita e se tirar essa receita e servir para arranjar as ditas casas de banho das diversas escolas do nosso concelho”.

Sobre este assunto tenho dito. Mas quero agora continuar porque os meus colegas dos outros partidos, com este assunto, deixaram de dar importância aos outros que aqui foram colocados e que têm também importância.

O primeiro que se refere às Agrad. A população das Agrad, não tem saneamento, desde nunca. Mas mais grave do que isso, agora tem uma passagem que não permite passar por cima da linha de caminho-de-ferro, a não ser de skate. Uma solução que foi prometida pelo Senhor Presidente da Câmara em Janeiro ou Fevereiro de 2006, que estaria resolvida em Maio, estamos em Junho de 2007, está exactamente na mesma — e com a agravante de que agora surgiu um dado novo, é que os residentes nas Agrad agora dizem que a Câmara quer negociar com eles os terrenos para o arranjo dos ditos acessos a custo zero.

Eu questionava se isto é ou não verdade?

Relativamente ao jardim ali do Canal de São Roque, em frente ao Cais dos Remadores Olímpicos. Prezo muito que tenha sido aqui colocado por um antigo colega meu de escola. É uma situação de facto também carece de alguma justificação. Porque foram feitas obras, houve uma intervenção ali porque havia um problema qualquer com os escoamentos de águas, mas acontece que grande parte de saída daqueles rectângulos de estacionamento relvado continuam encerrados por aqueles blocos de cimento, muitos dos que não estão encerrados em tempos de maior humidade, e continuam de facto a acumular água e lamacentos — há ali um erro de construção efectivamente, mas as obras pelos vistos também não solucionaram o problema e também seria necessário um esclarecimento sobre o que efectivamente se passa com isso. Bem como com a dita Ponte das Pirâmides que está a ser construída, que ainda bem que não foi construída no sítio anteriormente previsto, que era exactamente no final da éclusa com a cale, no início da antiga lota, porque aí então quando a maré estava em cima, num sítio, podia estar vaza no outro, mas não podíamos era vazá-la para os barcos poderem passar.

Aqui ao menos, não se podem vaziar os pneus, mas pode-se baixar a água na éclusa para pelo menos os barcos poderem passar.”

Vogal Jorge Afonso (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁴⁸⁵

“Boa noite a todos. Saudações especiais para os munícipes aqui presentes. Queria em primeiro lugar fazer uma breve referência à exposição do Senhor Rui Barros, tem um trabalho que confesso conheço mal, mas sei que é um trabalho digno de mérito. E dizer-lhe também que, a meu ver, estas pequenas questões, que tem a ver com a cor das letras e com a falta da medalha da Ordem da Liberdade, tem a ver um bocado com a falta de rigor que há nestas coisas.

Na Cidade de Aveiro, factos políticos importantes foram os Congressos da Oposição Democrática. Mas outros se passaram no município, como a chamada guerra dos “troliteiros” e outras mais. Mas isto tem também e finalmente, a meu ver, tem alguma ligação com uma certa mentalidade pequeno ou burguesa, urbana, própria de cidade. Porque de facto, o que devia estar ali escrito era Município de Aveiro. Porque eu não nasci na Cidade e portanto, eu ler aquele estandarte com “Cidade de Aveiro” pouco me diz; porque eu pertenço a outra freguesia que não a freguesia da cidade.

Passando aos assuntos expostos aqui por dois munícipes das Agradas e pelo munícipe João Alves, em relação às Agradas. A minha opinião sobre isso é que, tem a ver com a expansão imobiliária que é feita nas cidades. Se repararmos através dos anos a grande especulação imobiliária vai sacudindo, expulsando, as pequenas casas e as pequenas moradias que estavam à volta do núcleo da cidade. Assim vai acontecendo. E se não tem saneamento é porque ainda nenhum empreiteiro com certeza está interessado naqueles terrenos. Porque quando estiver, vai lá construir, vai haver saneamento e vai haver uma ponte pelo menos uma ponte de passagem por cima da linha da REFER, pelo menos igual à de Cacia, ou um pouco melhor, porque também não é em termos de qualidade que impede que as pessoas com problemas motores a ultrapassem.

Em relação aos assuntos aqui expostos sobre os ATL’s uma consideração geral. Isto tem a meu ver uma relação muito directa com a falta de participação ou seja democracia participativa. Os Executivos camarários são eleitos e depois transformam-se em gestores de circunstância. Em pessoas que vivem dentro dos Paços do Concelho e que actuam como gestores de empresas. Ora, uma Câmara Municipal, um órgão autárquico, é eleito para ser gerido de uma forma democrática, para exercer a democracia, para fazer exercer a democracia e implementá-la, fazer com que os cidadãos participem. Ora assim sendo, o que seria natural é que antes da Câmara Municipal tomar essas atitudes, que não têm qualquer explicação plausível, fosse junto das Instituições e das pessoas e perguntasse a sua própria opinião sobre aquilo que pensava implementar. Porque afinal, foi aqui demonstrado, que esta rede de ATL’s funciona perfeitamente e tem boa qualidade. Portanto é uma rede social para continuar. Porque razão aparece a Câmara Municipal, aqui nesta Assembleia, com um protocolo já assinado?

É estranho. E depois só a vinte de Junho é que implementaram um sistema com uma parceria privada que tem ligações à Universidade de Aveiro!?! A mim não me interessa aonde é que tem as ligações. Interessa-me que esta rede social funciona bem e é assim que deve continuar. Ou então prove-se o contrário e o Senhor Vereador não conseguiu, nem conseguiu convencer a sua bancada.

Não se preocupa a Câmara Municipal, não se preocupou em ver as condições das casas de banho e de as arranjar; não se preocupou com os interesses dos trabalhadores; não se preocupou com as crianças. Não se preocupou com o facto desta sociedade cada vez mais exigir mais e mais aos pais e que os pais cada vez têm menos liberdade na sua saída do trabalho para irem buscar os filhos.

É preciso ponderar estas coisas todas Senhor Vereador e Senhor Presidente. O que é que é concretamente o projecto Petiz? É uma forma de substituir esta rede de boa qualidade que existe. É um sistema melhor. Não é com certeza. Não é com certeza.

Há aqui alguma coisa por trás que eu ainda não percebi. Se calhar tem a ver com o grande voluntarismo privatizador que normalmente está instalado nas instâncias de poder nas Câmaras Municipais, sejam elas do PSD ou do PP ou até do PS — é uma matriz. E portanto Senhor Vereador, faz favor volte atrás porque de facto não tem aqui apoio de ninguém; nem da sua própria bancada. E pelas caras dos que estão presentes do executivo, se calhar nem o apoio dos seus próprios colegas de vereação tem.”

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira ^{uu}

“Mais uma vez Senhores deputados, apenas algumas breves considerações. Uma vez que também da vossa parte aquilo que foi executado será umas breves considerações à excepção de algumas questões que foram colocadas.

E dando primazia, tal como pediu o Senhor Presidente da Vera Cruz, dando primazia aos Senhores Presidentes de Junta, uma das propriedades que tem este projecto (talvez não seja este o termo melhor) é de facto o articular da coordenação do projecto com as Juntas de Freguesia no sentido de o projecto ser desenvolvido em colaboração convosco.

Mas respondendo a algumas questões colocadas pelo Senhor Presidente de Junta da Vera Cruz “ falta de sensibilidade social”. Eu acho que o Senhor não sabe do que estamos a falar.

Esta questão, é uma questão educativa. Aquilo que está a ser colocado em causa chama-se actividades de enriquecimento curricular, não actividades de enriquecimento social. Estamos a falar de algo que tem a ver com Educação e mais uma vez o Senhor demonstra que não sabe daquilo que está a falar, quando fala da questão das salas, das cantinas, a não ser que se queira substituir ao Ministério da Educação e nos transmita o que é uma sala de cantinas, talvez o Ministério o ouça e possa alterar o tipo de situações.

Quanto à Delegação de Competências Senhor Presidente, deixe-me transmitir, que o Senhor não se queixou quando foi feito o pagamento das Delegações de Competências de 2005, já no ano de 2006 — portanto acho que isso é interessante!?

Em relação a algumas questões que foram colocadas pelo deputado Raúl Martins, deixe-me transmitir o seguinte. O Senhor disse porquê mudar, quando o que estava era positivo (foi mais ou menos isso). Tal como disse o deputado Jorge Nascimento e dele esperava porque é ideologicamente é conservador e, portanto, gosta que as coisas se mantenham como estão — agora de si não esperava isso.

Eu procurarei sempre, sempre, melhorar as coisas. A nossa intenção é que seja melhor. Transmitir-lhe o seguinte e mais uma vez tal como disse ao seu correligionário, a questão não é de acção social. E por isso é que não tem a intervenção do Vereador de Acção Social. Isto são Actividades de Enriquecimento Curricular, é Educação; tal como o seu partido definiu em termos governamentais.

Questão da avaliação. Transmitir-lhe que a avaliação foi feita a nosso pedido duplamente. Foi feita pela DREC (porque foi determinado pelo Ministério) e foi feita por nós, por minha iniciativa, não foi feita em todos os concelhos do nosso país por iniciativa das Câmaras, foi feita por minha iniciativa uma avaliação ao projecto e tal como eu comecei no início a transmitir, a avaliação foi positiva.

Quero-lhe dizer uma coisa: em relação ao concelho foi um caso de sucesso a nível da DREC, portanto da Região Centro. Não foi este trabalho em rede, por muito que nos custe, não foi esse o caso de sucesso. O caso de sucesso apontado foi o caso da ACEAV, que é um trabalho muito similar em termos de coordenação ao projecto PETIZ.

Nesse aspecto transmitir-vos uma coisa. O Senhor deputado do PCP disse que nós fazíamos ouvidos de mouco! Eu julgo que as Associações que hoje já falaram connosco várias vezes, já tiveram algum feedback em relação àquilo que nos foi transmitido e que nós já o passámos, e julgo que estamos no bom caminho. Mas foi transmitido que temos algumas reuniões para a semana, com o próprio projecto, no sentido de incluir algumas. Não posso dar a certeza em relação a todas as IPSS's e a todas as entidades envolvidas anteriormente, mas sabem que foram ouvidos e que foi transmitido e procuramos sempre integrá-las. O Senhor deputado disse que nós tínhamos ouvidos de mouco. O Senhor é que deve ter ouvidos de mouco, porque não ouviu nada do que eu disse. Na minha intervenção inicial, eu disse-lhe e eu disse aqui, que foi ouvido o Agrupamento, e que foi dado primazia àquilo que o Agrupamento nos indicou. Mas o Senhor voltou a dizer que fizemos ouvidos de mouco ao Agrupamento. Não é verdade. Nós ouvimos os professores e a opinião deles conta porque isto é um projecto educativo — e para nós é muito importante um projecto educativo.

Em relação ao Senhor deputado Jorge Afonso. Deixe-me dizer-lhe uma coisa: o Senhor está muito indignado com o projecto em rede. Na sua freguesia (como faz muita questão de frisar) o projecto não é rede, o projecto é desenvolvido pela ACEAV. Está a correr mal? Eu acho que não. Conclusão, obviamente que para nós e para as IPSS's — e algumas sabem que nós estamos a tentar encontrar outros sistemas para os ajudar, sabendo que o problema que têm com a Segurança Social não é um problema devido às Actividades de Enriquecimento, sabem disso perfeitamente, é uma determinação do Governo não é nossa. Mas isto é um projecto pedagógico e foi dado primazia àquilo que nos foi indicado pelos Agrupamentos, que são as pessoas que tratam com as crianças.”

Presidente da Câmara ^[50]

“Agradecer esta participação que aqui acontece hoje. Nós na nossa actividade, na nossa gestão diária, somos confrontados e temos que tomar centenas de decisões por dia. Naturalmente nem todas serão perfeitas, porque não temos esse dom da inefabilidade.

Mas o que queríamos dizer aqui é isto: é que nós, enquanto município, enquanto Executivo, assumimos total e plena responsabilidade neste processo. E fazemo-lo, procuramos fazer, como é habitual, com abertura e com o diálogo que são habituais.

O que é que se passa aqui neste processo? Ainda decorre uma parceria neste âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular, ou duas parcerias, uma entre a Câmara Municipal de Aveiro, município e a ACEAV, Associação para a Área Educativa de Aveiro, para quase todo o concelho e uma com o Agrupamento de Escolas de Aveiro para a cidade.

O que aconteceu neste último caso, enquanto em relação ao primeiro se manterá o protocolo, o que aconteceu neste último caso e na sequência das informações que o Senhor Vereador foi transmitindo, é que as duas partes que integravam o protocolo, a Câmara e o Agrupamento de Escolas de Aveiro, por acordo e em termos de futuro, entenderam por bem envolver um outro parceiro que é o parceiro que está aqui hoje em causa e que já aqui foi referido. Um parceiro de peso e de prestígio, acho que ninguém põe em causa a mais-valia que este parceiro tem neste projecto — e isto acontece por acordo com o anterior parceiro.

Agora a questão é esta: vamos os dois - os actuais parceiros, em termos de futuro, no próximo ano lectivo realizar sozinhos todas as Actividades de Enriquecimento Curricular? Claro que não! Não, porque é impossível. E não, porque não queremos realizar isso sozinhos. Queremos que aconteça no próximo ano lectivo exactamente aquilo que aconteceu no ano lectivo que está em curso. É que neste projecto se envolvam, tal como aconteceu no anterior, com a Câmara e o Agrupamento de Escolas de Aveiro, que neste agora se envolvam todas as IPSS's todas as Associações e todos quanto possam valorizar este documento. E assumimos aqui esse compromisso, de junto do nosso parceiro, com o peso institucional que temos nessa parceria, de reafirmar aquilo que é a nossa vontade — e que sabemos que é a vontade do parceiro. Já

temos conversado sobre isso, de que neste projecto, tal como aconteceu e está a acontecer até agora, se venham a envolver todas estas entidades.

Podemos cometer muitas falhas, podemos cometer muitos erros, mas podem ter a certeza que no nosso horizonte queremos sempre o melhor para as escolas, para os alunos e para os pais.

Quanto às outras questões que foram aqui suscitadas e que passaram para segundo plano, já foram aqui reafirmadas. Também dar um abraço e prestar a nossa homenagem em nome do município ao Sr. Rui Barros, pelas recomendações valiosas que nos trouxe hoje e também pelas partes importantes da história de Aveiro, que hoje aqui nos relatou.

Quanto ao senhor Joaquim Queirós, penso que está ali assim. Quanto às Agrads estarem esquecidas há trinta anos, ainda na passada sexta-feira tive o prazer de passar uma tarde, uma grande parte da tarde de sexta-feira na zona das Agrads, para procurar inteirar-me uma vez mais dos muitos problemas que as Agrads tem.

E permitia-me sintetizar esses problemas todos em duas questões que penso que aqui foram colocadas ou relevadas: Ponte das Agrads, é para dizer pela centésima, quinquagésima sétima vez, que o que se passou em relação a essa promessa (e quero também aqui felicitar o Partido Comunista por aquele cartaz que eu acho que foi interessante e que está ótimo), mas dizer isto, o que se passou foi numa reunião pública de Câmara que tivemos em Esgueira, quando o Executivo foi questionado sobre o ponto de situação dessas obras, o Executivo pela minha voz, pela minha pessoa, leu um ofício, leu um ofício que a REFER nos tinha enviado.

Quanto ao processo, eu penso que já temos falado nele quer em reunião de Câmara quer aqui. Tivemos muitas reuniões já com a REFER. Acertámos muitos pormenores com a REFER, mas como pano de fundo é o eterno problema, é que a Câmara tem uma dívida enorme com a REFER e a REFER diz assim: bem está tudo acordado, está tudo combinado, mas é muito grande a dívida, quando é que vocês adiantam o dinheirinho para isto ficar mais suave?

No fundo está sempre esse problema presente. É que muitas vezes acontece isto mesmo quando queremos realizar uma simples pavimentação. O problema não está nessa pavimentação, está na condição que nos é colocada assim: a gente fazemos essa, mas o senhor tem que nos pagar não sei o quê que está para trás.

Agora fica esse compromisso aqui, de que como é nosso dever e nossa obrigação, continuaremos a pressionar para que aquilo que lá está seja ultrapassado.

Quanto à Avenida das Agrads do Norte. Foi outro assunto que colocou e que é decisivo ali naquele enquadramento e faz todo o sentido preparar este processo em paralelo. O ideal seria que se fossemos capazes e estamos a caminhar nesse sentido. O ideal seria que mesmo que no dia em que fossem concluídas as obras de requalificação de toda daquela ponte, fosse o dia em que já houvesse prolongamento feito da avenida. Então sim, rasgava-se um novo horizonte para as Agrads.

Nós em relação a essa futura avenida estamos a atacar pelos dois lados. Estamos a atacar de Nascente para Poente, e daí desse espaço até à rotunda; faltam-nos resolver apenas oito proprietários. E estamos a atacar de Poente para Nascente e daí até à rotunda, o que vai ser a futura rotunda, já temos os casos todos resolvidos. Vamos continuar naturalmente a tentar resolver agora esses casos finais.

Ponte provisória no Canal das Pirâmides. Como sabem decorrem obras de consolidação de arranjo dos muros na zona da lota. São obras que obrigam à circulação diária de cerca de trinta veículos pesados. Num período de tempo entre três a quatro meses e o problema com que nos confrontamos é este: sessenta viagens por dia com aqueles veículos, trinta vezes que eles lá vão levar, significa trinta idas e trinta vindas, sessenta viagens por dia durante três ou quatro meses, atirava para qualquer coisa no final para cerca de cinco mil passagens dos veículos ali na zona mais sensível da nossa cidade e isso foi visto como um problema que tinha que ter uma solução. E a solução encontrada foi, provisoriamente, e aqui também relevar o contributo do próprio empreendedor, não há custos nenhuns suplementares com esse facto, em

provisoriamente ser instalada aquela ponte lá para que os veículos pesados não transitem no centro da cidade e façam todo o percurso saindo da A25 possam a chegar à lota sem perturbar, sem incomodar, sem causar problemas aos cidadãos e à cidade.”

Presidente da Mesa ⁰⁵¹

Membros da Assembleia

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵²

“Muito obrigado Senhora Presidente. Vossa Excelência tem a responsabilidade de realizar a convocatória ao abrigo do artigo 15.º, número 3, em que diz: a Ordem do Dia deve ainda incluir os assuntos para esse fim forem indicados por qualquer membro da Assembleia, desde que sejam da competência deste órgão e o pedido seja apresentado por escrito, com a antecedência mínima de: alínea a) cinco dias úteis sobre a data de reunião do mesmo.

Queira vossa excelência e já aqui foi interpelada sobre isso, razão porque requero que ao abrigo do n.º2 do artigo 43º, porque cito, este também é um dos motivos porque tenho votado contra as actas. No dia 23 de Fevereiro de 2007, foi apresentado à Presidente da Mesa um requerimento no sentido de utilizando as prerrogativas conferidas pela secção 3.º artigo 60.º alínea c) por forma a que a fiscalização do órgão Câmara Municipal seja realizada por esta Assembleia, conferido o artigo 2.º n.º 1, alínea h) e r), conjugado com o artigo 2.º n.º 5, quer isto dizer Senhora Presidente, que não podemos sufocar, não podemos impedir que as coisas sejam devidamente tratadas ou então vamos mudar de regimento e deixaremos de estar precisamente na cidade da liberdade.”

Presidente da Mesa ⁰⁵³

“Quanto aos assuntos que levantou Senhor deputado, a Mesa realmente não tem explicação que dar porque entende que não cometeu falha nenhuma. Vamos então deliberar sobre se prolongamos ou não a nossa sessão até há uma da manhã, para podermos concluir o Período de Antes da Ordem do Dia.”

Seguidamente, a Presidente da Mesa⁰⁵⁴ colocou à votação do plenário, nos termos regimentais, a continuação dos trabalhos para além da meia-noite, sendo aprovado por maioria.

Vogal Carlos Candal (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵⁶

“Como Vossa Excelência sabe, eu estou a fazer o meu quinto mandato. E os trabalhos têm funcionado de várias maneiras — às vezes só à noite, às vezes à tarde e à noite. Enquanto presidi à Assembleia, tinha um sistema de começar à tarde, intervalar para jantar e continuar à noite; foi substituído pelo sistema de só trabalharmos à noite porque se chegou à conclusão (eu pelo menos cheguei) que os dois períodos, davam um acréscimo de tempo para debate de pouco mais do que meia hora. A experiência era essa.

De qualquer maneira não sei se era de repensar fazer o período antes de jantar e depois de jantar, com um intervalo mais curto do que era habitual para a refeição. Deixo isso à consideração da Mesa. Porque isto de estar sistematicamente a violar a meia-noite é complicado.”

Presidente da Mesa ⁰⁶⁷

“É uma excelente proposta. A Mesa regista essa proposta. Era uma proposta que a Mesa andava a considerar pôr à aprovação ou não dos líderes dos grupos municipais.

Espero que os grupos municipais se reúnam ainda que informalmente para discutir esta proposta e podermos realmente fazermos as nossas sessões num dia que dê mais proveito e possamos avançar mais nos nossos trabalhos.

Eu sugiro e peço, na sequência da proposta apresentada pelo deputado Carlos Candal, que os senhores líderes dos grupos municipais ponham esta hipótese e possam eventualmente dar a sua concordância a que a Mesa comece a proceder ao agendamento conforme sugestão apresentada.”

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente da Mesa ⁰⁶⁸

Vogal Carlos Candal (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶⁹

“Gostaria de começar por dizer que hoje vi no jornal que o “Fantasporto” vem para Aveiro!? E depois fui saber como é que era. E é o panorama político do município que traz para cá o Fantasporto. O Fantasporto tem a ver com dramas, angustias, terrorismo, suspense e tal — e essa é que é a explicação! Porque isto em Aveiro está “cinematograficamente” a justificar. Anda tudo baralhado. Aquele locutor, o Albarran, é que dizia: “Angustia”! “Terror”! “Drama”! Bem... nós estamos a viver episódios que davam um folhetim.

Os últimos, têm a ver com esta extravagância: a coligação abusa! Porque quer interferir nos trabalhos e na condução da política do PS em Aveiro. Nós já temos a lista dos possíveis presidentes de câmara para as próximas eleições; são dez! Tudo gente de muita cotação. Mas com estas interferências da coligação, o Dr. Alberto Souto, foi empurrado por V/Exas para a cabeça!? Na desforra e mais não sei quê... e isso é perturbar a livre opção do PS!?

Até porque ele já está convencido que é o candidato do PS e não é. Porque ele não tem actualmente na direcção local do PS qualquer desempenho. Tem o prestígio que tem e sabe que sempre o defende e elogio, mas os senhores querem-no empurrar para candidato!? Mas ainda havemos de decidir isso.

Os Senhores é que estão a empurrar o Dr. Alberto Souto. E nomeadamente o Dr. Rocha Almeida. E desculpe lá, lembrei-me de uma parábola, não leve a mal: o Dr. Alberto Souto não está morto e enterrado, mas foi para Lisboa, foi tratar de outras vidas, e o senhor está a ressuscitá-lo aqui em Aveiro — o Senhor e os outros. O Eng.º Carlos Santos também.

Mal comparando (entenda a coisa) fez-me lembrar a fábula ou a parábola do “leão moribundo”. É contrário aos vossos interesses e aos nossos!? O Alberto Souto não está moribundo, mas está sereno e calmo no intervalo das lutas e tal, e V/Exas, pensavam que o homem estava moribundo. E como na fábula do leão moribundo, onde até o burro vai dar um coice no leão moribundo, e depois o leão moribundo deu um traque e o burro pirou-se (burro, girafa ou outro bicho qualquer). V/Exas estão a valorizar o Alberto Souto e depois ele vem em cima da Câmara e com toda a razão.

E depois o Eng.º Carlos Santos, que não tem jeito nenhum para escrever, mas escreve umas coisas, fica a perder em relação ao Alberto Souto porque o Alberto Souto é realmente um prosador de grande categoria. E veio ao de cima a história dos Mercados.

Estão a desvalorizar-se. A coligação está a desvalorizar-se. Está a valorizar o Dr. Alberto Souto, que tem carradas de razão, porque a história da “Praça do Peixe” e “Mercado da

Hortaliça” nunca ninguém chamou àquilo “Mercado do Peixe”. É Praça do Peixe! Vamos falar disso: então querem vender a Praça do Peixe? Pelo amor de Deus! Já acabou...”

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [m2](#)

“Não querendo cercear a palavras do meus colegas, eu acho uma falta de respeito para com os outros colegas. Com o devido respeito pelo Dr. Carlos Candal, o tempo permitido pela Mesa foram três minutos — eu estou inscrito e irei cumprir esse tempo e se calhar menos.

Acho que os colegas deveriam ter toda a atenção relativamente a esta situação. Se não estaremos aqui assim - seis minutos, imaginem, iríamos até às duas horas da manhã se todos seguirem o seu exemplo.

O Regimento é para cumprir, se os Senhores não o querem cumprir não o tivessem votado.”

(Saiu da sala o Vogal Fernando Tavares Marques)

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [m2](#)

“Vou-me referir não a questão de Aveiro, a não ser no fim da minha intervenção, que refiro uma questão de Aveiro só de passagem.

Vou-me referir a duas questões que são preocupantes e que estão a acontecer no nosso país nesta altura e que têm a ver uma delas com tentativas de limitações das actividades livremente desenvolvidas por pessoas ou agentes, e até que por notícias que têm vindo a lume e que são preocupantes.

Por exemplo, afirmações em foro privado, opostas a agentes do poder, sofrerem condenação! É o caso do que aconteceu na DREN ou de Associações que estão em desacordo com discussões, como a Associação dos Professores de Matemática, que são retiradas da discussão pública em que participavam, ou este mais recente agora da Directora do Centro de Saúde de Vieira do Minho, por presumivelmente (embora já o tenha negado) ter deixado estar um cartaz que foi posto por outro colega médico e é exonerada de funções.

É de facto uma situação que é preocupante porque nos faz lembrar outras situações mais antigas, e que não era expectável pelo poder actualmente intuído no nosso país, e porque situações destas podem pressupor situações mais graves de limitação da liberdade de expressão e de participação dos cidadãos.

Gostava muito de deixar esta nota e de partilhar esta nota com todas as bancadas.

A outra questão e que eu acho que é bom que meditemos nela, é o que está a ser pensado pelo PSD e pelo PS na Assembleia da República da nova lei eleitoral. Isto tem a ver com as próximas autárquicas obviamente e com as constituições dos executivos municipais.

Eu gostava de referir que durante este período de Poder Local Democrático, desde o 25 de Abril, aliás, Poder Local Democrático que é uma das grandes conquistas que houve com o 25 de Abril. Os problemas que têm havido relativamente às questões da não existência de maiorias absolutas em executivos municipais, têm sido muito reduzidos e ninguém me vai demonstrar o contrário.

Em todos estes mandatos nós podemos grosso modo, nós podemos contabilizar 2500 mandatos, não é 2500 municípios em Portugal, nos diversos mandatos. Destes, se nós contarmos dez situações de eleições intercalares provocadas por uma situação ou por qualquer situação, não é só a situação de não existir maioria absoluta, não há mais de dez eleições intercalares em municípios.

Isto quer dizer o quê? É que pelos vistos o sistema tem funcionado com defeitos, com virtudes, mas nós agora estamos a querer impor um outro sistema que vem envolver aqui outro perigo. Numa altura em que sistematicamente os autarcas são acusados, até porque é fácil, de estarem

envolvidos em situações de corrupção, é mais um dado que se dá para quem enganosamente usa esse argumento, para poder ver em situações desse tipo, mais uma situação de facilitismo para possibilitar hipóteses de corrupção. Acho que é uma situação que é preocupante e carece também felizmente, de certeza, de unanimidade, desses dois partidos que estão a pensar esta questão porque também dentro deles sei que não é linear.

Por último, uma questão só de passagem sobre Aveiro, que é este último diálogo que tem havido fundamentalmente sobre a Praça do Peixe.

Eu acho que a Praça do Peixe é de tal maneira rica para o município de Aveiro, é de tal maneira significativa, tem um tal valor histórico para Aveiro (e vão-me perdoar o que eu vou dizer), mas é que não merecia que a discussão sobre ela fosse desta maneira.

A Praça do Peixe merecia uma discussão sobre ela com muito mais elevação. E eu peço às pessoas em causa, algumas presentes outras não, mas que com certeza que ouvirão também isto, que esta situação passe a ter uma discussão com elevação.”

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶³

“Eu só tenho uma coisa para dizer para falar pouco e para demorar pouco tempo.

Senhor Presidente: para quando a ligação da estrada que leva junto à Escola EB 2,3 Aires Barbosa? Essa estrada está há imenso tempo construída, tem uma linha de comboio que a atravessa, é a linha do Vouga, para quando é feita essa ligação a Esgueira?”

(Saiu da Sala o Vogal Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶⁴

“Brevemente sobre a questão do mercado.

Apenas e só para dizer que mais que o tipo de escrita ou a troca de galhardetes que possa existir no jornal com a capacidade literária ou a riqueza dos textos de cada um, o que me parece realmente singular é fazer um anúncio, ou lançar a dúvida, ou poder surgir a dúvida sobre o mercado propriamente dito, sobre a Praça do Peixe, sobre o Mercado José Estêvão, e pôr-se em causa a opção de o manter!? Essa é que é a questão. A Câmara tem que ter a noção, pelo menos na minha perspectiva e não vejo como é que pudesse ser de outra maneira, tem que manter, não há outra solução. Aquilo é um local que tem uma singularidade específica, que dá uma singularidade específica a Aveiro, que é uma mais-valia turística. Aquilo é uma zona por excelência da cidade e, portanto, não pode ser posta em causa. Tem deficiências? Corrijam-se! De onde é que vieram? Vieram do anterior executivo? Não quero saber sequer. Se vêm deste pela não manutenção ou pelo desleixo - e estou só a falar politicamente, porque a questão de fundo é realmente se esta Câmara entende ou não que se deve manter. Eu desafio qualquer um de vocês dessa bancada, da bancada da coligação, que algum de vocês me diga aqui que não faz sentido termos o mercado do peixe ou que deve ou não a autarquia fazer todos os possíveis para manter aquela zona específica, com aquela actividade específica, que dá uma singularidade à cidade. Eu desafio-vos a dizer o contrário. Se entendem ou não: eu não acredito, honestamente não acredito, que vocês pensem diferente da minha opinião, que tenham opinião diferente. Honestamente não acredito.

Portanto, em consequência, a Câmara só pode fazer — e é sua obrigação nem que tenha um custo acrescido, porque talvez fosse em termos de economia de custos muito mais fácil agregar a parte do peixe junto de outro mercado (em termos de custo), só que esse custo é um custo turístico que a cidade tem que pagar. Aquilo é um sítio singular, tem que ser uma aposta da cidade com aquela actividade específica, não com outra qualquer. E isto é que esta Câmara a meu ver não percebeu — mal. E devia ter percebido.”

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶⁵

“Como é obvio, este período respeita ao tratamento de assuntos gerais e de interesse para o município e é isso que irei abordar atendendo à hora em que nós nos encontramos.

O primeiro ponto que eu gostaria de abordar diz respeito ao programa de intervenção turística. Como nós sabemos, no passado dia 14 de Maio do corrente, foi aprovado um despacho normativo que regula a questão dos incentivos e intervenções prioritárias de interesse público ao nível turístico. E no que toca ao território, e para efeitos de valorização turística dos recursos naturais e do património das regiões e à requalificação do ponto de vista turístico e dos destinos tradicionais turísticos com vista à criação de pólos e produtos turísticos estratégicos, eu mais uma vez publicamente quero aqui expressar a minha profunda repulsa de mais uma vez o Governo Socialista cometer um ataque a Aveiro, distrito de Aveiro, município de Aveiro, à Ria de Aveiro.

É inqualificável, que mais uma vez nós tenhamos aqui um exemplo, uma prova dada de discriminação da nossa região e de um valor tão elevado que representa a própria Ria de Aveiro, ostracizada mais uma vez para além da adiada criação da entidade gestora da Ria. Nós temos mais uma vez, mais um exemplo da estratégia da linha que conduz este governo e da valorização que faz da região de Aveiro — esquecendo-a! Não prevendo qualquer tipo de incentivo, nem abrangendo esta região, em concreto este património natural que é a Ria neste programa de intervenção turística.

Eu quero aqui deixar a minha mensagem de profundo desagrado, de mais uma vez não haver por parte deste governo qualquer tipo de interesse pelo turismo de Aveiro. E queria aqui registar isto. E associo-me naturalmente ao Executivo pela tomada de posição que fez relativamente a esta matéria, e aí também louvo a atitude.

Segunda questão que eu gostaria também de aqui de mencionar, respeita à freguesia de S. Jacinto. Por um lado porque todos nós sabemos que foi hasteada a “Bandeira Azul”. Facto que deve congratular todos os municípios pela qualidade e pelo facto de nós ter-mos uma praia excelente de veraneio, para os nos concidadãos, mas para os turistas que nos visitam.

E é nesse sentido, porque estamos a falar de lazer, estamos a falar de turismo, que eu gostaria de tentar perceber porque já visitei aquele espaço e ainda não compreendi muito bem a quem é que está cometida a gestão do porto, ou melhor, da doca de embarque e atracamento das embarcações em S. Jacinto?

A última vez que eu tive oportunidade de visitar aquele espaço constatei o caos! CAOS é a palavra correcta, em que se encontra aquele espaço, por virtude da desorganização completa das embarcações que lá estão: de pescadores, de lazer, embarcações de recreio, etc. E é nesse sentido que nós sabemos também que está prevista a construção das docas também de atracamento do futuro “ferry-boat”. E porque aquela zona é limitada do ponto de vista da navegação, e me parece a mim, salvo opinião em contrário, e esta é a minha modesta opinião, que se poderá colocar uma questão de segurança à navegação ali naquela zona. E portanto, eu gostaria de saber quem é que tem legitimidade para regular aquilo. Se é a freguesia, se é o município, se é o porto de Aveiro? Gostaria de saber isso porque não consigo compreender tal é a tamanha confusão e a falta de regulamentação e de organização naquele espaço. Portanto fica aqui esta menção e gostaria de ser esclarecido se possível quando a esta matéria.

Outra questão que gostaria aqui de abordar respeita à notícia que foi recentemente publicada, relativamente ao anúncio da hasta pública que vai ser lançada pela APA, relativamente aos 120 hectares dos terrenos que integram o projecto da POLIS!? Ao que parece, e isso foi ventilado pela comunicação social, existiram neste momento dois investidores interessados, um nacional e um estrangeiro, ao que parece. Portanto, isto foi o que foi veiculado em termos dos média, já com base de licitação, já com obviamente a afectação que está definida no Plano

POLIS, para as infra-estruturas que lá vão ser construídas: o hotel, torre panorâmica, estação fluvial, etc, e demais equipamentos desportivos. E é precisamente nos equipamentos desportivos que eu gostaria de colocar esta questão à Câmara.

Como nós todos sabemos existem duas colectividades que estão ali presentes naqueles espaços: o clube Galitos e o clube “A Vela”. São duas colectividades que prestam, como nós todos sabemos e é do conhecimento público, serviços de grande importância para a população aveirense do ponto de vista desportivo e social.

Mas como é também do conhecimento público, a utilização daquela parcela de terreno tem uma relação especial: aquilo é domínio hídrico público e está sujeita a títulos precários.

Ora bem, com a alienação dos terrenos, obviamente que as colectividades ficam sujeitas a uma situação precária ainda mais, porque saberão — caso um investidor privado tome posse e adquira efectivamente aqueles terrenos (e não obstante o que está definido do Plano POLIS) o que é que acontecerá aqueles dois clubes? E eu aqui gostaria de saber qual é a posição da Câmara de Aveiro relativamente a esta matéria e o que é que pensa fazer do ponto de vista da salvaguarda das colectividades nesta matéria. Porque uma coisa é existir um compromisso, outra coisa é existir uma propriedade privada com as implicações.

A terminar, só uma palavra de louvor ao Executivo, relativamente à tomada de decisão relativamente ao Centro de Coordenação de Transportes, que acho que já era altura de se dar destino àquele espaço e de coordenar a mobilidade e os transportes em Aveiro.”

(Entretanto saíram da sala os vogais Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, João Alberto Simões Barbosa e António Ildebrando Nunes Costeira)

Vogal Joaquim Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [link](#)

“Três notas muito breves e rápidas. A primeira nota é uma nota de agradecimento destinada ao Sr. Vereador Jorge Greno. Agradecimento pelo trabalho desenvolvido e pela dedicação ao Município de Aveiro. Aveiro aprendeu e usufruiu da sua experiência e com isso também se desenvolveu e se valorizou. Um abraço muito especial, com quem eu tive o prazer de trabalhar no executivo anterior.

Um segundo tema tem a ver com uma questão e é em simultâneo uma proposta. E prende-se com aquelas avenidas novas de acesso à Cidade, nomeadamente, a entrada pela estação de Aveiro. Se a Câmara e bem, já começou, já iniciou, os arranjos dos separadores centrais, aquelas laterais não dignificam nada uma entrada que cada vez mais se assume com a principal entrada na cidade de Aveiro.

É certo que os terrenos são privados; é certo que a Câmara poderá estar limitada, mas enquanto não existe urbanização, enquanto não existe construção, devemos pensar num sistema, abrir um concurso para aplicar ali uns painéis para ver se conseguimos ao menos limitar aquela imagem de abandono que existe na maior parte dos terrenos que por ali estão plantados.

A terceira e última nota que queria aqui deixar era mais um comentário político e com duas vertentes. Um comentário mais de índole nacional e um comentário mais de índole local. As últimas notícias que têm surgido sobre as mudanças que se vão processar no Sistema de Saúde e na prestação dos cuidados de saúde estão-me a deixar seriamente preocupado. Porquanto, as taxas de moderação que hoje já são obrigatoriamente liquidadas por cada consulta que se marque, independentemente da pessoa estar a descontar mensalmente para a segurança social, pelos vistos vão ser agravadas substancialmente a partir do momento em que o indivíduo faça mais do que três consultas por cada trimestre!? O que não se compreende quando o actual Sistema de Saúde hoje nos obriga por exemplo, para se obter uma simples receita médica já

tem que marcar uma consulta. Não se compreende. Não sei onde é que este Ministro vive. Provavelmente não deve viver no mesmo país que eu vivo.

E em simultâneo temos essa grande inovação que é isentar toda e qualquer senhora que se desloque a um centro hospital para realizar um aborto - isentá-la de todas as taxas!? É uma injustiça de todo o tamanho. Não estou a pôr em causa que se isente, o que eu estou a pôr em causa é que vão estar a agravar aquilo que contribuiu para o desenvolvimento do país.

O outro comentário mais de âmbito local. Parece que há aqui umas grandes celeumas em relação ao Dr. Alberto Souto. E se de facto alguém está preocupado com a intervenção do Dr. Alberto Souto parece-me a mim que é mais o PS do que propriamente os outros. Porquanto é o próprio PS que está a maltratar o Dr. Alberto Souto. Quando o Senhor Presidente da Comissão Política em recente entrevista permite dizer assim: “é pá, coitado, vamos-lhe dar a hipótese de ele ter uma desforra”. Ora dar uma desforra a alguém que foi Presidente de um Executivo durante dois mandatos consecutivos parece-me que é no mínimo indelicado.

A mim o Dr. Alberto Souto não me mete qualquer tipo de medo. Tem o meu respeito enquanto indivíduo; não terá às vezes o meu respeito enquanto opções políticas, mas isto estamos no campo da política, mas é pessoa que prezo em termos pessoais.”

Vogal Firmino Marques (PPD/PSD) ⁰⁶⁷

(Saíram da sala os Vogais, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, Orlando Eduardo Silva Terra Seca, António Bastos Marques Rodrigues, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, José da Cruz Costa, Maria Teresa Fidélis da Silva e António Manuel de Pinho Regala).

Presidente da Mesa ⁰⁶⁸

“Peço desculpa senhor deputado por o interromper, mas a bancada do PS acaba de ficar deserta, porque os senhores deputados do PS abandonaram a sala, em manifesta violação de uma deliberação maioritária deste plenário.

O PS não sabe, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Aveiro, não sabe lidar com as regras do jogo democrático. Não acatou uma deliberação democrática feita dentro do estrito cumprimento do Regimento, para prolongar os trabalhos desta sessão..

Porque a Mesa não tem a certeza que neste momento esteja assegurado o quórum de funcionamento desta Assembleia, vamos proceder à contagem dos elementos da Assembleia Municipal presentes para apurar se é possível ou não continuar os nossos trabalhos.”

Feita a contagem e verificada a não existência de quórum, a Presidente da Mesa, nos termos regimentais, deu por encerrada a reunião, informando que a próxima reunião será no dia 02 de Julho (2.ª feira) pelas 20:30 horas.

Eram 00:15 horas do dia 30 de Junho de 2007.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:15)